

GEE Paper

122

Junho de 2019



Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?

Ricardo Ferraz



Gabinete de Estratégia e Estudos

Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?

Ricardo Ferraz ¹

Abstract ²

A Grande Guerra (1914-1918) e a Guerra Colonial (1961-1974) foram, sem dúvida, os dois conflitos bélicos mais importantes para Portugal no seu passado recente, tendo a sua despesa militar atingido valores recorde durante esses acontecimentos. De acordo com as estimativas apresentadas no presente estudo, o Estado português terá despendido com estas guerras - a preços de hoje, e na moeda actual -, 26,5 mil milhões de euros. Deste montante, 82% terá sido gasto com a Guerra Colonial e 18% com a Grande Guerra. Ao se disponibilizarem pela primeira vez valores concretos sobre os custos dos dois principais conflitos militares em que Portugal se envolveu no século XX, espera-se oferecer um valioso contributo à História Contemporânea de Portugal e estimular outros trabalhos de investigação sobre estes temas.

Classificação JEL: E60, H50, H56

Palavras-chave: Despesa Militar; Despesa Pública; Grande Guerra; Guerra Colonial; Portugal

Nota do autor: O livro “Grande Guerra e Guerra Colonial – Custos para os Cofres Portugueses” publicado em 2020 veio actualizar as estimativas apresentadas neste estudo.

Nota: Os GEE Papers são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não refletem obrigatoriamente as posições do GEE ou do Ministério da Economia.

¹ Investigador Doutoramento Integrado no centro de investigação GHES/CSG da *Lisbon School of Economics & Management* (ISEG) da Universidade de Lisboa. Professor Adjunto Convidado no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC). Ex-assessor económico na Assembleia da República.

² Este estudo representa uma parte da investigação que o autor se encontra a desenvolver na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) no âmbito do seu segundo Pós-Doutoramento.

O autor agradece aos supervisores do seu projecto de investigação, **Prof. Álvaro Garrido** e **Prof. António Portugal Duarte** da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) pelo extraordinário apoio e sugestões. Agradece também ao **Prof. Nuno Valério** (ISEG) os importantes comentários e esclarecimentos.

1. Introdução

Enquanto Estado autónomo, Portugal enfrentou por diversas vezes o fenómeno da guerra em diferentes momentos e teatros. Concretamente no Século XX, a participação militar portuguesa na Grande Guerra (1914-1918) e na Guerra Colonial (1961-1974) merecem destaque pela sua indiscutível importância histórica.

A historiografia portuguesa sobre estes conflitos bélicos tem-se limitado, fundamentalmente, à análise de factores políticos, culturais e de diplomacia. Apesar do crescimento notório das abordagens que podemos situar no campo das Relações Internacionais e da “nova História Cultural”, em boa medida os estudos históricos sobre os temas em causa continuam a ser aqueles que podemos situar no campo da História Militar³. Deste modo, não obstante a existência de diversos trabalhos interessantes e de sobeja qualidade, não é possível, até ao momento, identificar estimativas concretas sobre o impacto das referidas guerras nas finanças públicas portuguesas⁴.

Assim sendo, o objectivo fundamental da presente investigação é preencher esta evidente lacuna da literatura respondendo à seguinte questão fundamental: a preços de hoje e na moeda actual (euro), qual terá sido o custo destas guerras para os cofres públicos portugueses? Para obter respostas decisivas afigura-se, por isso, fundamental recorrer a imprescindíveis fontes bibliográficas, tanto primárias, como secundárias.

Após a presente introdução, analisa-se na secção 2, a título de enquadramento, a evolução da despesa militar portuguesa num horizonte temporal de cem anos que abrange os conflitos em causa. De seguida, na secção 3, são calculadas e apresentadas estimativas para os custos suportados pelo Estado português com a Grande Guerra e com a Guerra Colonial. Finalmente, na secção 4, apresentam-se as principais conclusões deste estudo.

2. Enquadramento: despesa militar portuguesa numa perspectiva histórica

Nas obras de Mata (1993) e de Valério (1994) é possível consultar estatísticas detalhadas relativas às receitas e despesas públicas portuguesas para o período que compreende a segunda metade do século XIX e a maior parte da primeira metade do século XX⁵. Para os anos seguintes (a partir de 1948), os dados sobre as finanças públicas portuguesas podem ser consultados nas próprias contas gerais do Estado elaboradas e disponibilizadas pelo Ministério das Finanças.

Deste modo, recorrendo às fontes em causa pode-se construir uma série temporal com dimensão relativamente alargada para a despesa militar portuguesa (o sector da despesa pública que concentra directamente os gastos com as guerras). Esta série pode ser avaliada, por exemplo, em percentagem do produto, sendo que nesse caso é necessário recorrer às estimativas de Pinheiro et. al. (1997) e de Valério (2008) relativas ao PIB português.

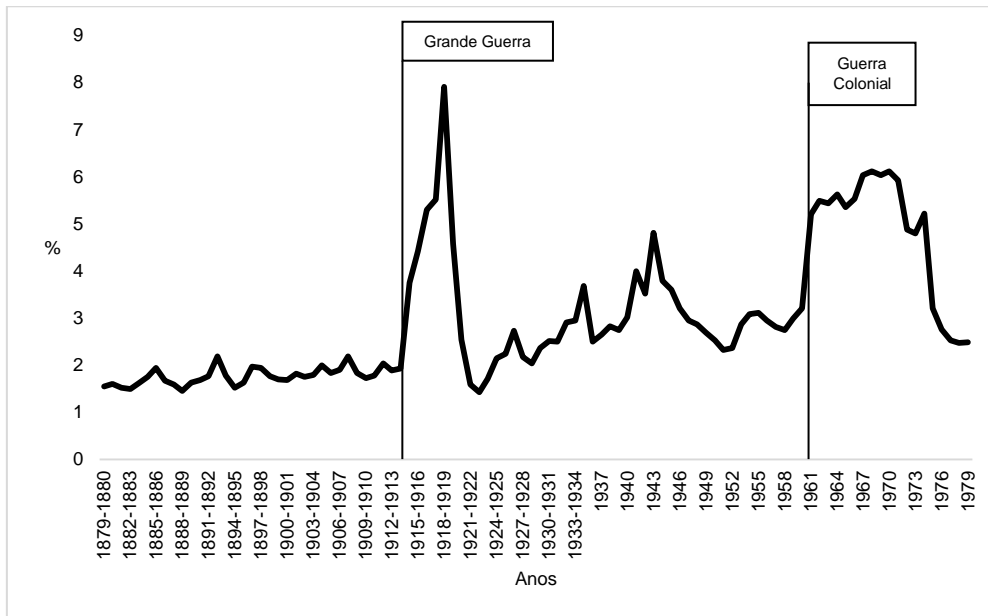
³ O autor agradece o esclarecimento do Prof. Álvaro Garrido (FEUC) sobre este assunto.

⁴ As obras de Ramos (1994), Afonso (1996a,2009,2014), Teixeira (1998), Telo (2010,2014), Pires (2011), Afonso e Gomes (Coord. 2013) permitem obter conhecimentos sólidos acerca da participação de Portugal na Grande Guerra. Já para conhecer com detalhe os desenvolvimentos da Guerra Colonial, veja-se Rosas (1994), Antunes (1995), Afonso (1996b), Afonso e Gomes (2000), Pinto (2001), Alexandre (2017) e Jerónimo e Pinto (2018). Já para analisar a realidade económico-financeira de Portugal no período em que decorreram estes conflitos veja-se, por exemplo, Marques (1978), Valério (1994) Franco e Telo (1996), Mata e Valério (2003), Lains (2003), Costa et. al (2011), e Ferraz (2017).

⁵ Importa referir que o Decreto-Lei n.º 25.299 de 6 de maio de 1935 determinou que a partir de 1936 o ano económico deveria passar a coincidir com o ano civil (veja-se Diário do Governo, 1935a). Até então, o ano económico iniciava-se a 1 de julho de cada ano civil e terminava a 30 de junho do ano civil seguinte. Isto significa que até 1936 as receitas e as despesas públicas de um determinado ano económico abrangeram dois anos civis distintos.

Na Figura 1 apresenta-se assim a evolução da despesa militar portuguesa num horizonte temporal de cem anos que compreende os tempos da Grande Guerra e da Guerra Colonial; sendo possível observar, desde logo, que foi precisamente no contexto destes conflitos que as referidas despesas registaram um maior peso no PIB.

Figura 1: Despesa militar portuguesa (em % do PIB), 1879-1880 a 1979



Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Ministério das Finanças (1949-1982), Mata (1993), Valério (1994), Pinheiro et. al. (Coord. 1997) e Valério (2008).

É também possível constatar que a subida mais acentuada se verificou na Grande Guerra. De facto, se no ano económico que antecede este conflito, 1913-1914, as despesas militares portuguesas correspondiam somente a 2% do produto, no ano que marca o seu início, 1914-1915, aquelas significam já o dobro, ou seja, 4%. É ainda de referir que em 1918-1919 (ano que marca o fim da guerra), o peso no produto das despesas militares foi quatro vezes superior ao de 1913-1914; aliás, foi precisamente nesse ano económico que se registou o valor mais elevado em toda a série.

Analisando a origem destas despesas no tempo da Grande Guerra, é possível constatar que o Ministério da Guerra foi responsável, em média, por 70,2% do total das despesas militares, sendo o Ministério da Marinha responsável por 11,1% e o Ministério das Colónias por 18,7%. Esta distribuição foi relativamente diferente daquela que se verificou no período anterior – compreendido entre o ano económico de 1879-1880 e o de 1913-1914 - cujos valores foram, respectivamente, de 69,6%, 29,3% e 1,1%.

Constata-se que durante o referido conflito mundial o Ministério da Guerra foi aquele que mais gastou sendo, todavia, de referir que se assistiu a um aumento da importância relativa das despesas militares com origem no Ministério das Colónias. Esta realidade não é propriamente surpreendente se tivermos em conta que a Grande Guerra exigiu de Portugal a acção de forças terrestres na Europa, concretamente do Corpo Expedicionário Português (CEP), mas que também obrigou à mobilização e manutenção de tropas nas suas colónias.

Com efeito, a participação portuguesa neste conflito enfrentou duas fases distintas, tal como referido por Valério (1994): uma primeira fase, de Agosto de 1914 a Março de 1916, em que Portugal esteve numa situação oficial de “não beligerância”, mas que ainda assim teve de mobilizar e de manter tropas nas suas colónias, por forma a fazer face às incursões (ataques) da Alemanha a territórios portugueses nas colónias de Angola e de Moçambique (sobre este ponto veja-se Afonso 2009, Fraga, 2013a,b e Telo, 2013); uma segunda fase, que se verificou após a declaração de guerra da Alemanha em Março de 1916, tendo Portugal transitado para uma situação oficial de beligerância⁶; o que naturalmente se reflectiu nas despesas do Ministério da Guerra devido à participação nos combates da frente ocidental europeia. O ano de 1918 acabaria mesmo por ser o mais duro para o CEP; recorde-se que em Abril desse ano deu-se a conhecida batalha de La Lys (sobre este assunto veja-se, por exemplo, Fraga 2013c,d,e e Martelo, 2013).

Na Figura 1, observa-se ainda que a segunda subida mais assinalável da despesa militar ocorreu entre 1961 e 1974 no contexto da Guerra do Ultramar - que se iniciou em Angola com o assalto às prisões de Luanda em Fevereiro de 1961 e que também acabou por abranger as províncias ultramarinas, Guiné e Moçambique (veja-se Afonso e Gomes, 2000)⁷. Com efeito, se em 1960 os gastos militares representavam 3% do PIB, em 1961, com o início da guerra, o valor era já de 5%; isto é, de um ano para o outro praticamente que duplicaram o seu peso no produto. Entre 1966 e 1971 o peso destas despesas no PIB acabaria mesmo por se fixar no patamar dos 6%, sendo que nos últimos anos de guerra, 1972 a 1974, o rácio diminuiu para 5%; o que se deveu ao facto do PIB nominal ter crescido de uma forma mais acelerada do que o ritmo de crescimento destas despesas.

Finalmente, com o fim da guerra em África, verifica-se uma quebra acentuada das despesas militares, sendo de destacar que nos anos de 1978 e 1979 – os últimos da série temporal – aquelas já valiam menos de 2,5% do PIB; um valor inferior ao de 1960 (pré-guerra).

Também é possível detalhar para o período de 1961 a 1974 a origem das despesas militares. Durante este conflito, foram os Encargos Gerais da Nação que registaram, em média, o valor mais elevado, ou seja, foram responsáveis por 75,6% destas despesas, tendo o Ministério do Exército (anterior Ministério da Guerra) sido responsável por 13,5%, o Ministério da Marinha por 10,8%, o Ministério das Obras Públicas por 0,1% e, finalmente, o Ministério do Ultramar (anterior Ministério das Colónias) por um valor em torno de 0,0%⁸. Esta distribuição foi manifestamente diferente daquela que se verificou no período anterior de 1948 a 1960 cujos valores foram, respectivamente, de 25,9%, 47,8%, 25,5%, 0,3% e 0,6%⁹.

⁶ Curiosidade: apresenta-se na Imagem A1 no Anexo uma cópia da declaração de guerra da Alemanha a Portugal datada de 9 de Março de 1916.

⁷ É também possível observar que entre 1926 e 1945 as despesas militares apresentaram uma tendência crescente tendo-se mantido num patamar relativamente elevado. Tal poderá ser explicado por uma conjugação de factores de ordem diversa (veja-se Valério, 1994): 1) características militares do próprio regime que se impôs com o 28 de Maio de 1926; 2) contexto europeu da década de 30 nomeadamente da Guerra Civil de Espanha que conduziu ao reforço da defesa das fronteiras portuguesas; 3) implementação a partir de 1936 da “Lei de Reconstituição Económica” que contemplou diversos investimentos de carácter militar (veja-se Diário do Governo, 1935b); 4) defesa e guarnição de algumas regiões do território nacional no âmbito da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945 (não obstante a situação de neutralidade portuguesa).

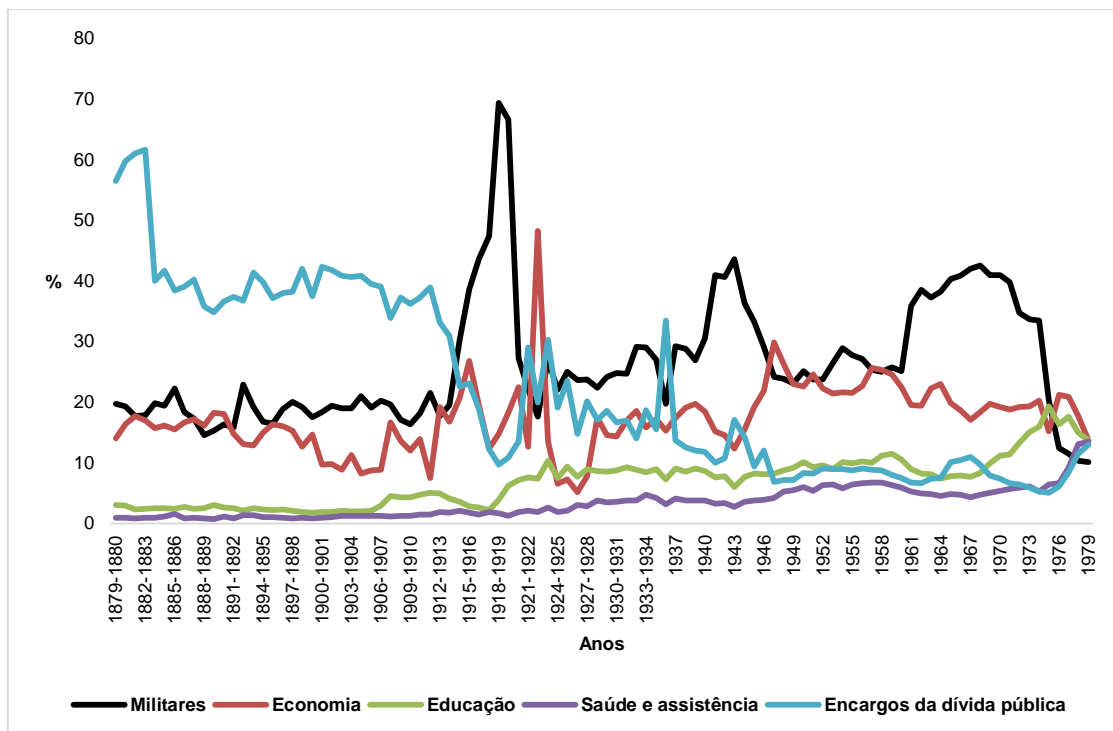
⁸ Os Encargos Gerais da Nação eram na prática despesas que não se enquadravam nos restantes ministérios e que inicialmente eram uma rubrica do Ministério das Finanças, mas que a partir de 1958 foram autonomizadas não pertencendo a qualquer ministério. Nos Encargos Gerais da Nação constavam despesas como, por exemplo, com a Presidência da República, com os gabinetes dos ministros da Defesa Nacional e da Presidência (criados pelo Decreto-Lei n.º 37.909 de 1 de Agosto de 1950, veja-se Diário do Governo, 1950), ou com a Força Aérea (o Decreto-Lei n.º 38.805 de 28 de Junho de 1952 constituiu o subsecretariado de Estado da Aeronáutica na dependência do Ministro da Defesa, veja-se Diário do Governo, 1952).

⁹ O ano de 1947 é o último em que as finanças públicas portuguesas apresentaram características relacionadas com a Segunda Guerra Mundial (veja-se Valério, 1994). Considerou-se, por isso, adequado utilizar o horizonte temporal de 1948 a 1960 (pós-guerra) para efectuar comparações com o período seguinte (de guerra); não obstante os episódios de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954.

O peso significativo dos Encargos Gerais da Nação durante a guerra é compreensível, uma vez que foi numa das suas rubricas, concretamente nas “forças militares extraordinárias no ultramar”, que as despesas directamente relacionadas com a Guerra Colonial se fizeram sentir. Esta rubrica, que surgiu pela primeira vez no Orçamento do Estado de 1960 (e que constou nos orçamentos e nas contas gerais do Estado até 1975), teve como objectivo concentrar todas as despesas relacionadas com a mobilização e manutenção de forças militares para a defesa e segurança dos territórios ultramarinos (nos anos anteriores estas despesas encontravam-se dispersas nos orçamentos próprios do Ministério do Exército e do Ministério da Marinha, veja-se Diário do Governo, 1959)¹⁰.

Uma outra análise interessante consiste em procurar avaliar de que forma a Grande Guerra e a Guerra Colonial tiveram impacto na estrutura dos gastos do Estado. Nesse sentido, optou-se por construir a Figura 2, através da qual se pode analisar a evolução dos encargos de um conjunto de sectores que, no horizonte temporal em causa, representaram em média mais de 3/4 do total da despesa pública portuguesa¹¹.

Figura 2: Sectores da despesa do Estado (% da despesa total do Estado), 1879-80 a 1979



Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Ministério das Finanças (1949-1982), Mata (1993) e Valério (1994).

¹⁰ Curiosidade: o “disparo” dos Encargos Gerais da Nação no ano de 1961, por via desta rubrica, mereceram uma referência do então Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa no relatório da Conta Geral do Estado de 1961: «*Na expansão particularmente elevada das despesas extraordinárias desempenharam um papel preponderante, (...), as despesas englobadas nos «Encargos Gerais da Nação (+1 931 800 contos), nomeadamente as relativas a defesa e segurança, que se tornou imperioso realizar para fazer face, em 1961, aos graves acontecimentos verificados nas províncias ultramarinas»* (veja-se Ministério das Finanças, 1962, p. LXIV). As contas públicas de 1961 demonstram mesmo que só a variação na rubrica “forças militares extraordinárias no ultramar” foi responsável por 40% do aumento total da despesa do Estado que se verificou nesse mesmo ano.

¹¹ Até 1947, os valores anuais das despesas dos vários sectores foram obtidos recorrendo aos dados de Mata (1993) e de Valério (1994). Para os anos de 1948 a 1979, os valores foram calculados recorrendo aos dados oficiais do Ministério das Finanças (1949-1982).

Constata-se que até ao início da Grande Guerra, os encargos da dívida pública (juros e amortizações) eram o sector mais relevante da estrutura dos gastos do Estado. Com o início do primeiro conflito mundial ocorreu uma alteração visível nessa estrutura tendo as despesas militares passado a assumir o papel principal; uma realidade que acabou por se manter em praticamente todos os anos até ao término da Guerra Colonial. Um outro facto que esta figura também ilustra é o de que o hiato entre as despesas militares e as despesas dos restantes sectores foi muito mais acentuado na altura das guerras mundiais e da guerra do ultramar; o que não surpreende. Para termos noção, nos períodos de beligerância, os encargos militares significaram, em média, 40% do total da despesa do Estado.

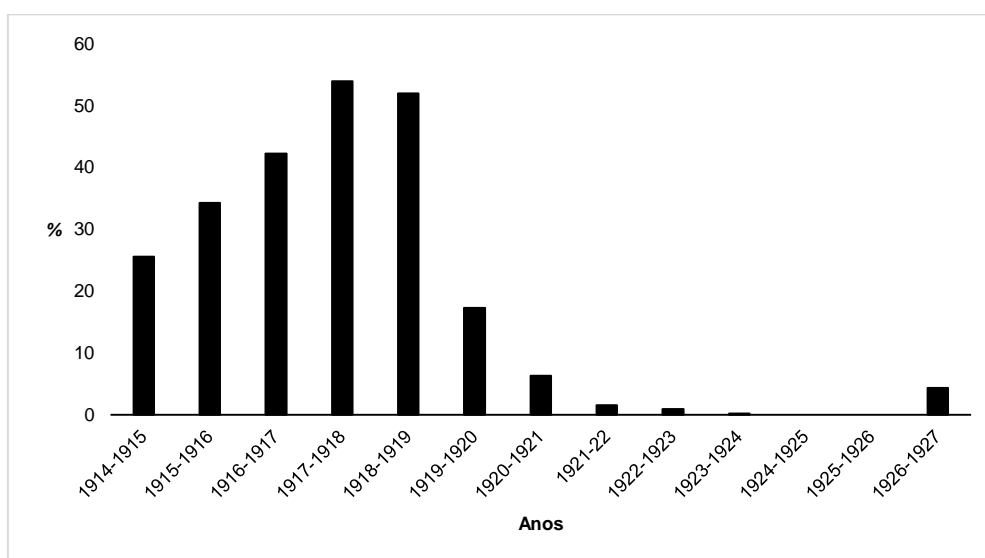
As análises realizadas, embora sejam relevantes a título de enquadramento, não permitem, no entanto, descortinar quanto é que o Estado português poderá ter despendido directamente com a Grande Guerra e com a Guerra Colonial; algo a que a secção 3 pretende dar resposta.

3. Estimativas dos custos com a Grande Guerra e com a Guerra Colonial

A Lei n.º 372 de 31 de Agosto de 1915 estipulou a abertura de uma “*rubrica especial denominada - despesa extraordinária resultante da guerra europeia e colonial*” nas despesas dos vários ministérios. Naquela foram “*escrituradas desde o princípio do ano económico de 1914-1915 as despesas resultantes das medidas de carácter militar, económico e financeiro*” relacionadas com a Grande Guerra (veja-se Diário do Governo, 1915). Do lado da receita foi igualmente aberta uma rubrica para fazer face a estes encargos. Existiu, portanto, uma conta intitulada “*excepcional da guerra*” que de acordo com a lei vigente concentrou os fluxos financeiros relacionados com o referido conflito.

Para melhor se compreender a dimensão e evolução das despesas contidas naquela conta, optou-se por construir a Figura 3.

Figura 3: Despesas na conta excepcional da guerra (% da despesa total do Estado), 1914-1915 a 1926-1927



Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Valério (1994,2008).

Observa-se desde logo que existiram despesas excepcionais por motivo da guerra entre o ano económico de 1915-1916 e o de 1926-1927. Tal significa, portanto, que a referida conta continuou a ser movimentada mesmo após o fim da guerra; o que se deveu sobretudo à tardia regularização do auxílio financeiro de guerra a Portugal.

A este propósito, importa referir que Valério (1994) demonstrou que as despesas realizadas em Portugal e financiadas por empréstimos do Banco de Portugal, foram registadas como despesas orçamentais (e classificadas como excepcionais resultantes da guerra) no momento em que efectivamente foram realizadas. Contudo, as despesas efectuadas na Flandres pelo CEP e financiadas com empréstimos do Banco de Inglaterra foram sendo registadas como operações de tesouraria (tendo os valores sido acumulados na dívida flutuante).

Deste modo, os valores inscritos após o ano económico de 1918-1919 correspondem não apenas ao pagamento a fornecedores internos com atraso, mas também ao registo de despesas orçamentais que já haviam ocorrido no passado (e que haviam sido financiadas pelo Reino Unido)¹².

As despesas da conta excepcional da guerra parecem assim afigurar-se como uma ferramenta extremamente útil para se poder calcular os custos directos para os cofres do Estado português com a Grande Guerra. E nesse sentido surgem duas hipóteses: 1) assumir que esses custos foram iguais à soma de todas as despesas contidas na conta excepcional da guerra; 2) excluir os montantes que respeitam ao registo no pós-guerra de despesas financiadas por empréstimos do Banco de Inglaterra e ao mesmo tempo substituir esses valores pelos cálculos de Valério (1994) que, tendo em conta o câmbio corrente em cada momento, pressupõem que os gastos foram feitos à medida que as quantias foram sacadas sobre esse banco e registadas na dívida flutuante portuguesa. Pelo exposto, parece óbvio que faz mais sentido optar pela segunda hipótese, dado que se assume que os gastos financiados com o auxílio britânico foram registados nas contas públicas nos momentos em que efectivamente ocorreram.

Após se realizar o referido ajustamento às despesas públicas contidas na conta excepcional, é possível apresentar estimativas concretas para os custos com a Grande Guerra. Os valores em causa encontram-se assim documentados no Quadro 1, expressos em euros a preços de 2018, e também em percentagem do PIB desse mesmo ano, por forma a melhor se poder perceber a dimensão dos encargos¹³.

Quadro 1: Estimativas das despesas para o caso da Grande Guerra

Despesas na conta excepcional da guerra ajustadas com os cálculos de Valério (1994), milhares de euros a preços de 2018	4.761.321
Despesas na conta excepcional da guerra ajustadas com os cálculos de Valério (1994), % do PIB de 2018	2,4

Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Valério (1994), Lains (2003) e INE (2019a,b).

¹² O autor agradece o esclarecimento do Prof. Nuno Valério (ISEG) sobre este assunto.

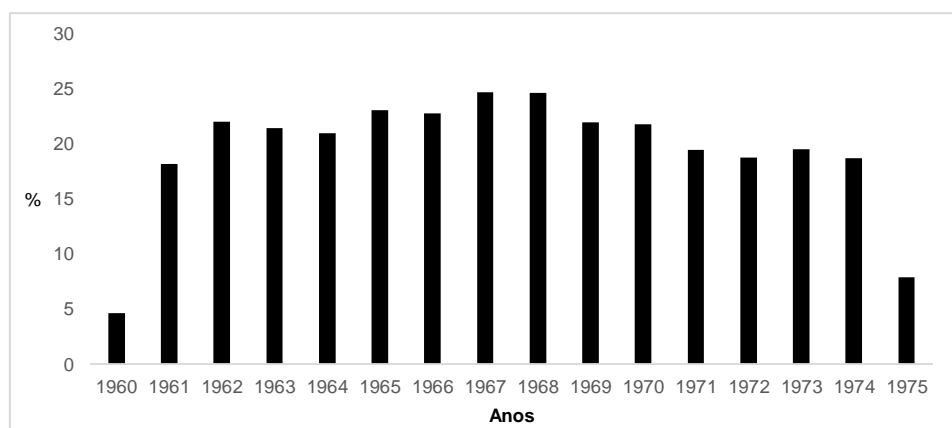
¹³ Breve explicação relativa ao processo de conversão: as despesas em “contos” a preços correntes foram, em primeiro lugar, colocadas a preços de 1953 utilizando o índice de preços de Lains (2003). Finalmente, as despesas em “contos” de 1953 foram colocadas em “euros” a preços de 2018 recorrendo ao índice de preços do INE (2019a). O primeiro passo (recorrer a Lains, 2003) teve de ser realizado uma vez que o índice de preços do INE (2019a) não abrange os anos anteriores a 1948. Quanto ao valor do PIB nominal de 2018, a fonte é o INE (2019b).

Os resultados obtidos demonstram que a Grande Guerra poderá ter custado directamente aos cofres públicos portugueses, em pouco mais de quatro anos de conflitos, o equivalente hoje a cerca de 4,8 mil milhões de euros, ou seja, 2,4% do PIB actual; o que significa, portanto, um custo médio anual próximo de 1,2 mil milhões de euros.

Por sua vez, no que concerne ao caso da Guerra Colonial, faz sentido começar por analisar de forma pormenorizada a evolução das despesas com as “forças militares extraordinárias no ultramar”. Recorde-se que foi precisamente nesta rubrica dos Encargos Gerais da Nação que se concentraram os gastos com a defesa e segurança das províncias ultramarinas.

Na Figura 4 apresenta-se a evolução desta variável em percentagem da despesa total no período de 1960 a 1975.

Figura 4: Despesas com as “forças militares extraordinárias no ultramar” (% da despesa total do Estado), 1960 a 1975



Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Ministério das Finanças (1961-1976).

Desde logo observa-se que em 1960 os encargos com esta rubrica representavam somente 5% da despesa pública portuguesa, sendo que no ano seguinte – em que se inicia a guerra - “dispararam” para os 18%. Em média, entre 1961 e 1974, estes encargos representaram 21% da despesa do Estado, sendo que com o fim da guerra voltaram a cair para menos de 10% (esta rubrica acabou por desaparecer das contas gerais do Estado a partir de 1976)¹⁴.

As despesas com as “forças militares extraordinárias no ultramar” apresentam importância crucial para se poder calcular os custos com a Guerra Colonial. Contudo, e tal como se pode observar na Figura 4, é necessário ter em conta que aquela rubrica já existia antes do período da guerra. Assim sendo, faz sentido considerar apenas como prováveis custos directos com a guerra, os montantes que em cada um dos anos excedeu o valor despendido em 1960; expurgando-se, por conseguinte, o valor pré-guerra da série, por forma a obter uma aproximação mais realista.

Os resultados deste exercício podem ser consultados no Quadro 2 a preços de 2018 e avaliados em percentagem do PIB desse mesmo ano.

¹⁴ Curiosidade: as contas públicas demonstram que no período em causa o valor médio anual gasto com estas forças extraordinárias foi superior àquele que foi despendido com os investimentos realizados ao abrigo dos Planos de Fomento. Para consultar uma análise detalhada às despesas efectuadas ao abrigo destes planos veja-se Ferraz (Forthcoming).

Quadro 2: Estimativas das despesas para o caso da Guerra Colonial

Despesas com as “forças militares extraordinárias no ultramar” expurgadas do montante pré-guerra, milhares de euros a preços de 2018	21.778.227
Despesas com as “forças militares extraordinárias no ultramar” expurgadas do montante pré-guerra, % do PIB de 2018	10,8

Fontes: Cálculos próprios recorrendo a Ministério das Finanças (1961-1976) e INE (2019a,b).

De acordo com os resultados obtidos, os catorze anos de participação na Guerra Colonial poderão ter custado, directamente aos cofres portugueses, aproximadamente 21,8 mil milhões de euros, isto é, 10,8% do PIB actual; tal significa, um custo médio anual de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros.

4. Conclusão

Tendo por base um horizonte temporal alargado de cem anos foi possível constatar que a despesa militar portuguesa atingiu os seus valores mais elevados no contexto da Grande Guerra e da Guerra Colonial. Com o primeiro destes conflitos verificou-se mesmo uma alteração na estrutura dos gastos do Estado português, tendo as despesas militares assumido o papel de maior destaque; uma realidade que acabou por se manter em praticamente todos os anos até ao fim da guerra do ultramar¹⁵.

Com vista a quantificar os custos directos para o Estado português com as referidas guerras foram então realizadas duas estimativas. Com a primeira - em que se recorreu simultaneamente às despesas públicas contidas na “conta excepcional da guerra” e às estimativas de Valério (1994) - foi possível concluir que os custos directos para o Estado português com a Grande Guerra poderão ter ascendido (a preços de 2018, e na moeda actual), a aproximadamente 4,8 mil milhões de euros, ou seja, perto de 2,4% do PIB; o que representa um custo médio anual de cerca de 1,2 mil milhões de euros.

Por seu turno, com a segunda estimativa - em que se utilizou a rubrica da despesa pública “forças militares extraordinárias no ultramar” - constatou-se que a Guerra Colonial poderá ter custado directamente aos cofres portugueses cerca de 21,8 mil milhões de euros, o equivalente a 10,8% do PIB; sinónimo de um custo médio anual de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros.

Na prática, estes resultados significam que Portugal poderá ter despendido um total de 26,5 mil milhões euros com estas guerras, sendo que 82% deste montante corresponde a despesas com a Guerra Colonial e 18% a encargos com a Grande Guerra; muito embora o custo médio anual de cada um destes conflitos não tenha sido muito diferente.

A historiografia portuguesa sobre os temas em causa tem estado focada, em grande medida, na análise de factores políticos, culturais e de diplomacia, pelo que ao se disponibilizarem, pela primeira vez, valores concretos sobre os custos dos dois principais conflitos bélicos em que Portugal se envolveu no século XX, espera-se oferecer um inestimável contributo à literatura. Contudo, apesar de todo o cuidado e rigor científico incutido na elaboração deste estudo, dever-se-á sempre ter em conta que estamos perante estimativas e não valores oficiais.

¹⁵ Um exercício interessante para uma futura investigação poderá passar por avaliar o impacto que as despesas do sector militar tiveram no crescimento económico do período entre guerras e que abrange a “Golden Age”; momento em que a economia portuguesa mais cresceu e se destacou pela positiva numa conjuntura internacional muito favorável.

Documentos oficiais do Governo e do Parlamento

Diário do Congresso. (1916). *Sessão n.º 9 em 10 de Março de 1916*. Lisboa: República Portuguesa.

Diário do Governo. (1915). *Lei n.º 372, publicada em suplemento ao Diário n.º 173, de 31 de Agosto, inserindo o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 1915-1916*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo. (1935a). *Decreto-Lei n.º 25.299 de 6 de Maio de 1935 – Determina que a partir de 1 de Janeiro de 1936, os anos económicos a que é referida a contabilidade pública coincidam com os anos civis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo. (1935b). *Lei n.º 1.914 de 24 de Maio de 1935 - Promulga as bases relativas à reconstituição económica*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo (1950a). *Decreto-Lei n.º 37.909 de 1 de Agosto de 1950: Introduz alterações na Orgânica do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo (1952). *Decreto-Lei n.º 38.805 de 28 de Junho de 1952: Constitui o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, criado pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 37:909*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Diário do Governo (1959). *Decreto n.º 42.755: Regula a cobrança das receitas e fixa as despesas do Estado para o ano económico de 1960*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Ministério das Finanças. (1949). *Conta Geral do Estado de 1948*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1950). *Conta Geral do Estado de 1949*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1951). *Conta Geral do Estado de 1950*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1952). *Conta Geral do Estado de 1951*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1953). *Conta Geral do Estado de 1952*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1954). *Conta Geral do Estado de 1953*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1955). *Conta Geral do Estado de 1954*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1956). *Conta Geral do Estado de 1955*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1957). *Conta Geral do Estado de 1956*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1958). *Conta Geral do Estado de 1957*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1959). *Conta Geral do Estado de 1958*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1960). *Conta Geral do Estado de 1959*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1961). *Conta Geral do Estado de 1960*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1962). *Conta Geral do Estado de 1961*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1963). *Conta Geral do Estado de 1962*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1964). *Conta Geral do Estado de 1963*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1965). *Conta Geral do Estado de 1964*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1966). *Conta Geral do Estado de 1965*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1967). *Conta Geral do Estado de 1966*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1968). *Conta Geral do Estado de 1967*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- (1969). *Conta Geral do Estado de 1968*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1970). *Conta Geral do Estado de 1969*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1971). *Conta Geral do Estado de 1970*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1972). *Conta Geral do Estado de 1971*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1973). *Conta Geral do Estado de 1972*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1974). *Conta Geral do Estado de 1973*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1976). *Conta Geral do Estado de 1974*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1977). *Conta Geral do Estado de 1975*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1978). *Conta Geral do Estado de 1976*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1979). *Conta Geral do Estado de 1977*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1981). *Conta Geral do Estado de 1978*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1982). *Conta Geral do Estado de 1979*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Referências bibliográficas

Afonso, A. (1996a). “A Grande Guerra e as colónias portuguesas” em Medina, J. (Coord.). *História de Portugal*. Vol. XI, pp. 303-316. Amadora: Clube Internacional do Livro.

Afonso, A. (1996b). “A Guerra Colonial” in Medina, J. (Coord.). *História de Portugal*. Vol. XIII, pp. 333-356. Amadora: Clube Internacional do Livro.

Afonso, A. (2009). “Portugal e a guerra nas colónias” em Rosas, F. and Rollo, F. (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*, pp, 287-299. Lisboa: Tinta-da-China.

Afonso, A. (2014). “As Forças Armadas e a Grande Guerra”. *Nação e defesa*, n.º 139, pp. 52- 63.

Afonso, A. e Gomes, C. (2000). *Guerra Colonial – Angola, Guiné e Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias

Afonso, A. e Gomes, C. (Coord. 2013). *Portugal e a Grande Guerra*. Vila do Conde: Verso da História.

Alexandre, V. (2017). *Contra o Vento – Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.

Antunes, J. (1995). *A Guerra de África (1961-1974)*. Vol. I and II. Lisboa: Círculo de Leitores.

Costa, L.; Lains, P. e Miranda, S. (2011). *História Económica de Portugal, 1143-2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Ferraz, R. (2017). “The Sustainability of Portuguese Fiscal Policy in the Period of the Estado Novo, 1933-1974”. *The Journal of European Economic History*, vol. XLVI (1), pp. 37-68.

Ferraz, R. (Forthcoming). “The Portuguese Development Plans in the Postwar Period: How Much Was Spent and Where?”. *Investigacions de Historia Económica – Economic History Research*.

Fraga, L. (2013a). “Portugal entre a Europa e as Colónias” em Afonso, A. e Gomes, C. (Coord.). *Portugal e a Grande Guerra*, pp. 140-143. Vila do Conde: Verso da História.

Fraga, L. (2013b). “Naulila 1914” em Afonso, A. e Gomes, C. (Coord.). *Portugal e a Grande Guerra*, 144-146. Vila do Conde: Verso da História.

Fraga, L. (2013c). “Frente Portuguesa, 1918” em Afonso, A. e Gomes, C. (Coord.). *Portugal e a Grande Guerra*, pp. 382-388. Vila do Conde: Verso da História.

Fraga, L. (2013d). “A Caminho de La Lys – Antecedentes” em Afonso, A. e Gomes, C. (Coord.). *Portugal e a Grande Guerra*, pp. 389-396. Vila do Conde: Verso da História.

Franco, S. e Telo, A. (1996). “A Economia e as Finanças ou a República falida” em Medina, J. (Coord.). *História de Portugal*. Vol. XI, pp. 211-247. Amadora: Clube Internacional do Livro.

INE. (2019a). Instituto Nacional de Estatística: “Atualização de Valores com Base no IPC”: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ipc> (último acesso: 21/03/2019).

INE. (2019b). Instituto Nacional de Estatística: “Contas Nacionais – SEC 2010, base 2011”: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais (último acesso: 10/03/2019).

Jerónimo, M. e Pinto, A. (2018). *Portugal e o Fim do Colonialismo – Dimensões Internacionais*. Lisboa: Edições 70.

Lains, P. (2003). *Os Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal*. Lisboa: ICS.

Marques, O. (1978). *História da 1ª República Portuguesa – As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

Martelo, D. (2013). “Frente Ocidental, 1918” em Afonso, A. e Gomes, C. (Coord.). *Portugal e a Grande Guerra*, pp. 397-403. Vila do Conde: Verso da História.

Mata, E. (1993). *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Banco de Portugal.

Mata, E. and Valério, N. (2003). *História Económica de Portugal: Uma Perspectiva Global*. Lisbon: Editorial Presença.

Pinheiro, M. (Coord.) (1997). Séries Longas para a Economia Portuguesa pós II Guerra Mundial: <https://www.bportugal.pt/publicacao/series-longas-para-economia-portuguesa-pos-ii-guerra-mundi> (último acesso: 05/03/2019).

Pinto, A (2001). *O Fim do Império Português – A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte.

Pires, A. (2011). *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Ramos, R. (1994). “A Segunda Fundação (1890-1926)” em Mattoso, J (Dir.). *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, F. (1994). “O Estado Novo (1926-1974)” em Mattoso, J (Dir.). *História de Portugal*. Vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores.

Teixeira, N. (1998). *Portugal e a Guerra – História das Intervenções Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri.

Telo, A. (2010). *Primeira República do sonho à realidade*. Vol. I, pp. 229-445. Lisboa: Editorial Presença.

Telo, A. (2014). “Um Enquadramento Global para uma Guerra Global”. *Nação e defesa* No. 139, pp. 8-33.

Valério, N. (1994). *As Finanças Públicas Portuguesas, Entre as Duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Edições Cosmos.

Valério, N. (2008). "Avaliação do produto interno bruto de Portugal". *The Research Centre of Economic and Social History (GHES)*, Working Paper No. 34. Lisbon School of Economics and Management (ISEG).

Anexo

Imagem A1: Declaração de guerra da Alemanha a Portugal entregue pelo diplomata alemão, Friedrich Rosen, ao ministro dos negócios estrangeiros português, Augusto Soares

Lisboa, 9 de Março de 1916.— Senhor Ministro.— Estou encarregado pelo meu alto Governo de fazer a V. Ex.^a a declaração seguinte :

O Governo Português apoiou desde o começo da guerra os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma prolongada permanencia em portos portugueses contrária à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferente espécie foram vendidos às potências da «Entente» e além disso à Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado Imperial em Mossâmedes foi apreendido.

Além disso, foram enviadas expedições à África e dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha.

O governador alemão de districto Dr. Schultze-Jena, bem como dois officiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos por meio de convite a Naulila e ali declarados presos sem motivo justificado, e como procurassem subtrair-se à prisão, foram em parte mortos a tiro, enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros.

Seguiram se medidas de retorsão da nossa tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo acto português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O Governo Português fez

representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia se referir às primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentámos de ser intermediário numa livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão.

A imprensa e o Parlamento durante toda a existência da guerra entregaram-se a grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência mais ou menos notória do Governo Português. O chefe do Partido dos Evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de Novembro de 1914, na presença dos Ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o Imperador da Alemanha, sem que por parte do Presidente da Câmara ou dalgum dos Ministros presentes se seguisse um protesto. As suas representações, o Enviado Imperial recebeu apenas a resposta que no Boleim Oficial das Sessões não se encontrava a passagem em questão.

Contra estas ocorrências protestámos em cada um dos casos em especial, assim como por várias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornámos o Governo Português responsável por todas as consequências. Não se deu porém nenhum remédio. Contudo o Governo Imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou até aí tirar sérias consequências da atitude do Governo Português.

Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o Governo Imperial e pediu que fôsse levantada a apreensão dos navios.

O Governo Português não atendeu este pedido e procurou fundamentar o seu acto violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portugueses, em consequência desta imobilização não estão sujeitos ao artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação Luso-Alemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal, e portanto ao ilimitado direito de apropriação do Governo Português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no País. Além disso, opina

o Governo Português ter procedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado.

Estas considerações aparecem como vãos subterfúgios. O artigo 2.º do Tratado de Comércio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância dos navios alemães se encontrarem pretendidamente imobilizados em portos portugueses, modificou a sua situação de direito. O Governo Português violou porém o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém na requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas além disso o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente dum prévio acôrdo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o Governo Português nem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermédio do Governo Alemão, com as Companhias de Navegação. Desta forma apresenta-se todo o procedimento do Governo Português como uma grave violação do Direito e do Tratado.

Por este procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.

O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português.

Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de V. Ex.ª,



*tenho a honra de exprimir a V. Ex.^a a
minha distinta consideração.— ROSEN.*

*A Sua Excelência o Ministro dos Negó-
cios Estrangeiros, o Senhor Dr. Augusto
Soares».*

Fonte: Diário do Congresso (1916).

GEE Papers

- 1: Evolução do Comércio Externo Português de Exportação (1995-2004)
[João Ferreira do Amaral](#)
- 2: Nowcasting an Economic Aggregate with Disaggregate Dynamic Factors: An Application to Portuguese GDP
[Antonio Morgado](#) | [Luis Nunes](#) | [Susana Salvado](#)
- 3: Are the Dynamics of Knowledge-Based Industries Any Different?
[Ricardo Mamede](#) | [Daniel Mota](#) | [Manuel Godinho](#)
- 4: Competitiveness and convergence in Portugal
[Jorge Braga de Macedo](#)
- 5: Produtividade, Competitividade e Quotas de Exportação
[Jorge Santos](#)
- 6: Export Diversification and Technological Improvement: Recent Trends in the Portuguese Economy
[Manuel Cabral](#)
- 7: Election Results and Opportunistic Policies: An Integrated Approach
[Toke Aidt](#) | [Francisco Veiga](#) | [Linda Veiga](#)
- 8: Behavioural Determinants of Foreign Direct Investment
[Ricardo Pinheiro-Alves](#)
- 9: Structural Transformation and the role of Foreign Direct Investment in Portugal: a descriptive analysis for the period 1990-2005
[Miguel de Freitas](#) | [Ricardo Mamede](#)
- 10: Productive experience and specialization opportunities for Portugal: an empirical assessment
[Miguel de Freitas](#) | [Susana Salvado](#) | [Luis Nunes](#) | [Rui Costa Neves](#)
- 11: The Portuguese Active Labour Market Policy during the period 1998-2003 - A Comprehensive Conditional Difference-In-Differences Application
[Alcina Nunes](#) | [Paulino Teixeira](#)
- 12: Fiscal Policy in a Monetary Union: Gains from Changing Institutions
[Susana Salvado](#)
- 13: Coordination and Stabilization Gains of Fiscal Policy in a Monetary Union
[Susana Salvado](#)
- 14: The Relevance of Productive Experience in the Process of Economic Growth: an Empirical Study
[Diana Vieira](#)
- 15: Employment and Exchange rates: the Role of Openness and Technology
[Fernando Alexandre](#) | [Pedro Bação](#) | [João Cerejeira](#) | [Miguel Portela](#)
- 16: Aggregate and sector-specific exchange rate indexes for the Portuguese economy
[Fernando Alexandre](#) | [Pedro Bação](#) | [João Cerejeira](#) | [Miguel Portela](#)
- 17: The Macroeconomic Determinants of Cross Border Mergers and Acquisitions and Greenfield Investments
[Paula Neto](#) | [Antonio Brandao](#) | [António Cerqueira](#)
- 18: Does the location of manufacturing determine service sectors' location choices? Evidence from Portugal
[Nuno Crespo](#) | [Maria Paula Fontoura](#)
- 19: A hipótese do Investment Development Path: Uma Abordagem por Dados em Painel. Os casos de Portugal e Espanha
[Miguel Fonseca](#) | [António Mendonça](#) | [José Passos](#)
- 20: Outward FDI Effects on the Portuguese Trade Balance, 1996-2007
[Miguel Fonseca](#) | [António Mendonça](#) | [José Passos](#)
- 21: Sectoral and regional impacts of the European Carbon Market in Portugal
[Margarita Robaina Alves](#) | [Miguel Rodriguez](#) | [Catarina Roseta-Palma](#)
- 22: Business Demography Dynamics in Portugal: A Non-Parametric Survival Analysis
[Alcina Nunes](#) | [Elsa Sarmento](#)
- 23: Business Demography Dynamics in Portugal: A Semi-parametric Survival Analysis
[Alcina Nunes](#) | [Elsa Sarmento](#)
- 24: Digging Out the PPP Hypothesis: an Integrated Empirical Coverage
[Miguel de Carvalho](#) | [Paulo Júlio](#)
- 25: Regulação de Mercados por Licenciamento
[Patrícia Cerqueira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#)
- 26: Which Portuguese Manufacturing Firms Learn by Exporting?
[Armando Silva](#) | [Óscar Afonso](#) | [Ana Paula Africano](#)
- 27: Building Bridges: Heterogeneous Jurisdictions, Endogenous Spillovers, and the Benefits of Decentralization
[Paulo Júlio](#) | [Susana Peralta](#)
- 28: Análise comparativa de sobrevivência empresarial: o caso da região Norte de Portugal
[Elsa Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 29: Business creation in Portugal: Comparison between the World Bank data and Quadros de Pessoal
[Elsa Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 30: The Ease of Doing Business Index as a tool for Investment location decisions
[João Zambujal Oliveira](#) | [Ricardo Pinheiro Alves](#)
- 31: The Politics of Growth: Can Lobbying Raise Growth and Welfare?
[Paulo Júlio](#)
- 32: The choice of transport technology in the presence of exports and FDI
[José Pedro Ponte](#) | [Armando Garcia Pires](#)
- 33: Tax Competition in an Expanding European Union
[Ronald Davies](#) | [Johannes Voget](#)



- 34: The usefulness of State trade missions for the internationalization of firms: an econometric analysis
[Ana Paula Africano](#) | [Aurora Teixeira](#) | [André Caiado](#)
- 35: The role of subsidies for exports: Evidence from Portuguese manufacturing firms
[Armando Silva](#)
- 36: Criação de empresas em Portugal e Espanha: análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial
[Elsa Sarmento](#) | [Alcina Nunes](#)
- 37: Economic performance and international trade engagement: the case of Portuguese manufacturing firms
[Armando Silva](#) | [Oscar Afonso](#) | [Ana Paula Africano](#)
- 38: The importance of Intermediaries organizations in international R&D cooperation: an empirical multivariate study across Europe
[Aurora Teixeira](#) | [Margarida Catarino](#)
- 39: Financial constraints, exports and monetary integration - Financial constraints and exports: An analysis of Portuguese firms during the European monetary integration
[Filipe Silva](#) | [Carlos Carreira](#)
- 40: FDI and institutional reform in Portugal
[Paulo Júlio](#) | [Ricardo Pinheiro-Alves](#) | [José Tavares](#)
- 41: Evaluating the forecast quality of GDP components
[Paulo Júlio](#) | [Pedro Esperança](#) | [João C. Fonseca](#)
- 42: Assessing the Endogeneity of OCA conditions in EMU
[Carlos Vieira](#) | [Isabel Vieira](#)
- 43: Labor Adjustment Dynamics: An Application of System GMM
[Pedro Esperança](#)
- 44: Corporate taxes and the location of FDI in Europe using firm-level data
[Tomás Silva](#) | [Sergio Lagoa](#)
- 45: Public Debt Stabilization: Redistributive Delays versus Preemptive Anticipations
[Paulo Júlio](#)
- 46: Organizational Characteristics and Performance of Export Promotion Agencies: Portugal and Ireland compared
[Inês Ferreira](#) | [Aurora Teixeira](#)
- 47: Evaluating the forecast quality of GDP components: An application to G7
[Paulo Júlio](#) | [Pedro Esperança](#)
- 48: The influence of Doing Business' institutional variables in Foreign Direct Investment
[Andreia Olival](#)
- 49: Regional and Sectoral Foreign Direct Investment in Portugal since Joining the EU: A Dynamic Portrait
[Irina Melo](#) | [Alexandra Lopes](#)
- 50: Institutions and Firm Formation: an Empirical Analysis of Portuguese Municipalities
[Simão Arouca](#)
- 51: Youth Unemployment in Southern Europe
[João Leão](#) | [Guida Nogueira](#)
- 52: Financiamento da Economia Portuguesa: um Obstáculo ao Crescimento?
[João Leão](#) | [Ana Martins](#) | [João Gonçalves](#)
- 53: O Acordo de Parceria Transatlântica entre a UE e os EUA constitui uma ameaça ou uma oportunidade para a Economia Portuguesa?
[João Leão](#) | [Guida Nogueira](#)
- 54: Prescription Patterns of Pharmaceuticals
[Ana Gonçalves](#)
- 55: Economic Growth and the High Skilled: the Role of Scale Effects and of Barriers to Entry into the High Tech
[Pedro Gil](#) | [Oscar Afonso](#) | [Paulo Brito](#)
- 56: Finanças Públicas Portuguesas Sustentáveis no Estado Novo (1933-1974)?
[Ricardo Ferraz](#)
- 57: What Determines Firm-level Export Capacity? Evidence from Portuguese firms
[Ana Gouveia](#) | [Ana Luisa Correia](#)
- 58: The effect of developing countries' competition on regional labour markets in Portugal
[Tiago Pereira](#)
- 59: Fiscal Multipliers in the 21st century
[Pedro Brinca](#) | [Hans Holter](#) | [Per Krusell](#) | [Laurence Malafry](#)
- 60: Reallocation of Resources between Tradable and Non-Tradable Sectors in Portugal: Developing a new Identification Strategy for the Tradable Sector
[Ana Fontoura Gouveia](#) | [Filipa Canas](#)
- 61: Is the ECB unconventional monetary policy effective?
[Inês Pereira](#)
- 62: The Determinants of TFP Growth in the Portuguese Manufacturing Sector
[Daniel Gonçalves](#) | [Ana Martins](#)
- 63: Practical contribution for the assessment and monitoring of product market competition in the Portuguese Economy – estimation of price cost margins
[Luis Folque](#)
- 64: The impact of structural reforms of the judicial system: a survey
[Ana Gouveia](#) | [Sílvia Santos](#) | [Corinna Herber](#)
- 65: The short-term impact of structural reforms on productivity growth: beyond direct effects
[Ana Gouveia](#) | [Sílvia Santos](#) | [Inês Gonçalves](#)
- 66: Assessing the Competitiveness of the Portuguese Footwear Sector
[Fábio Batista](#) | [José Matos](#) | [Miguel Matos](#)
- 67: The empirics of agglomeration economies: the link with productivity
[Ana Gouveia](#) | [Sílvia Santos](#) | [Marli Fernandes](#)
- 68: Determinants of the Portuguese GDP stagnation during the 2001-2014 period: an empirical investigation
[Carlos Figueira](#)
- 69: Short-run effects of product markets' deregulation: a more productive, more efficient and more resilient economy?
[Ana Gouveia](#) | [Sílvia Santos](#) | [Gustavo Monteiro](#)

- 70: Portugal: a Paradox in Productivity
Ricardo Pinheiro Alves
- 71: Infrastructure Investment, Labor Productivity, and International Competitiveness: The Case of Portugal
Alfredo Pereira | Rui Pereira
- 72: Boom, Slump, Sudden stops, Recovery, and Policy Options. Portugal and the Euro
Olivier Blanchard | Pedro Portugal
- 73: Case Study: DBRS Sovereign Rating of Portugal. Analysis of Rating Methodology and Rating Decisions
Annika Luisa Hofmann | Miguel Ferreira | João Lampreia
- 74: For Whom the Bell Tolls: Road Safety Effects of Tolls on Uncongested SCUT Highways in Portugal
Alfredo Pereira | Rui Pereira | João Pereira dos Santos
- 75: Is All Infrastructure Investment Created Equal? The Case of Portugal
Alfredo Pereira | Rui Pereira
- 76: Why Virtuous Supply-Side Effects and Irrelevant Keynesian Effects are not Foregone Conclusions: What we Learn from an Industry-Level Analysis of Infrastructure Investments in Portugal
Alfredo Pereira | Rui Pereira
- 77: The Role of Gravity Models in Estimating the Economic Impact of Brexit
Graham Gudgin | Ken Coutts | Neil Gibson | Jordan Buchanan
- 78: Infrastructure Investment in Portugal and the Traded/Non-Traded Industry Mix
Alfredo Pereira | Rui Pereira
- 79: Goods and Factor Market Integration: A Quantitative Assessment of the EU Enlargement
Lorenzo Caliendo | Fernando Parro | Luca David Opromolla | Alessandro Sforza
- 80: Understanding productivity dynamics: a task taxonomy approach
Tiago Fonseca | Francisco Lima | Sonia C. Pereira
- 81: On the Effects of Infrastructure Investments on Industrial CO2 Emissions in Portugal
Alfredo Pereira | Rui Pereira
- 82: Assessing Competition With the Panzar-Rosse Model: An empirical analysis of European Union banking industry
Suzana Cristina Silva Andrade
- 83: Health Care Investments and Economic Performance in Portugal: An Industry Level Analysis
Alfredo Pereira | Rui Pereira | Pedro G. Rodrigues
- 84: Is deregulation of product and labour markets promoting employment and productivity? A difference-in-differences approach
Hugo Correia | Ana Fontoura Gouveia
- 85: Foreign acquisition and internal organization
Paulo Bastos | Natália P. Monteiro | Odd Rune Straume
- 86: Learning, Prices, and Firm Dynamics
Paulo Bastos | Daniel A. Dias | Olga A. Timoshenko
- 87: The Diffusion of Knowledge via Managers' Mobility
Giordano Mion | Luca David Opromolla | Alessandro Sforza
- 88: Empresas Zombie em Portugal - Os sectores não transacionáveis da Construção e dos Serviços
Gabriel Osório de Barros | Filipe Bento Caires | Dora Xarepe Pereira
- 89: Collective bargaining through the magnifying glass: A comparison between the Netherlands and Portugal
Alexander Hijzen | Pedro Martins | Jante Parlevliet
- 90: A Lower VAT Rate on Electricity in Portugal: Towards a Cleaner Environment, Better Economic Performance, and Less Inequality
Alfredo Pereira | Rui Manuel Pereira
- 91: Who Seeks Re-Election: Local Fiscal Restraints and Political Selection
Susana Peralta | João Pereira dos Santos
- 92: Assessing the Competitiveness of the Metalworking Sector
João Marinho | Pedro Carvalho
- 93: The efficiency of Portuguese Technology Transfer Offices and the importance of university characteristics
Aurora Teixeira | André Monteiro
- 94: Persistence in innovation and innovative behavior in unstable environments
Joana Costa | Anabela Botelho | Aurora Teixeira
- 95: The effect of entrepreneurial origin on firms' performance - The case of Portuguese academic spinoffs
Natália Barbosa | Ana Paula Faria
- 96: Absorptive Capacity and Firms' Generation of Innovation - Revisiting Zahra and George's Model
Dina Pereira | João Leitão
- 97: Innovations in digital government as business facilitators: implications for Portugal
João Martins | Linda Veiga
- 98: Innovation and the economic downturn: Insights from Portuguese firms
Hugo Pinto | Tiago Santos Pereira | Elvira Uyerra
- 99: European Funds and Firm Dynamics: Estimating Spillovers from Increased Access
João Pereira dos Santos | José Tavares
- 100: Corporate Leverage and Investment in Portugal
Ana Martins | José Henrique Gonçalves | João Mário Ferreira Duque
- 101: The effects of official and unofficial information on tax compliance
Filomena Garcia | Luca David Opromolla | Andrea Vezzulli | Rafael Marques
- 102: Competition effect on innovation and productivity - The Portuguese case
Anabela Santos | Michele Cincera | Paulo Neto | Maria Manuel Serrano
- 103: Measuring the Welfare of Intermediation in Vertical Markets
Javier D. Donna | Pedro Pereira | Tiago Pires | Andre Trindade
- 104: Of course Collusion Should be Prosecuted. But Maybe... Or (The case for international antitrust agreements)
Filomena Garcia | Jose Manuel Paz y Minõ | Gustavo Torrens



- 105: Product market competition and gender discrimination
[Dudley Cooke](#) | [Ana P. Fernandes](#) | [Priscila Ferreira](#)
- 106: Integration of Small Technology-Based Firms in Aeronautics
[Anabela Reis](#) | [Joana Mendonça](#) | [Ligia Urbina](#)
- 107: The Effects of Highway Tolls on Private Business Activity – Results from a Natural Experiment
[João Pereira dos Santos](#) | [David B. Audretsch](#) | [Dirk Dohse](#)
- 108: Competition and Firm Productivity: Evidence from Portugal
[Pedro Carvalho](#)
- 109: Do Exchange Traded Funds (ETFs) Outperform the Market? Evidence from the Portuguese Stock Index
[Carlos Manuel Pinheiro](#) | [Hugo Hilário Varela](#)
- 110: Assessing the Competitiveness of the Portuguese Chemical Sector
[Ana Rita Marques](#) | [Cátia Silva](#)
- 111: A General Equilibrium Theory of Occupational Choice under Optimistic Beliefs about Entrepreneurial Ability
[Michele Dell'Era](#) | [Luca David Opromolla](#) | [Luis Santos-Pinto](#)
- 112: O Mercado Segurador em Portugal: O Papel dos Gestores na Constituição de Provisões
[Soraia de Sousa Bornett](#) | [Carlos Manuel Pinheiro](#)
- 113: Exploring the implications of different loan-to-value macroprudential policy designs
[Rita Basto](#) | [Sandra Gomes](#) | [Diana Lima](#)
- 114: The Determinants of TFP Growth in the Portuguese Service Sector
[Ana Martins](#) | [Tiago Domingues](#) | [Catarina Branco](#)
- 115: Agglomeration and Industry Spillover Effects in the Aftermath of a Credit Shock
[José Jorge](#) | [Joana Rocha](#)
- 116: Entrepreneurial Human Capital and Firm Dynamics
[Francisco Queiró](#)
- 117: Global Value Chains and Vertical Specialization: The case of Portuguese Textiles and Shoes exports
[Tiago Domingues](#)
- 118: Firm heterogeneity and exports in Portugal: Identifying export potential
[Frederico Oliveira Torres](#)
- 119: Vantagens Comparativas Reveladas e suas determinantes: Uma Aplicação à Economia Portuguesa
[Guida Nogueira](#) | [António Portugal Duarte](#)
- 120: A Look at the main channels of Potential Impact of Brexit on the Portuguese Economy
[Guida Nogueira](#) | [Paulo Inácio](#)
- 121: How internationalization and competitiveness contribute to get public support to innovation? The Portuguese case
[Anabela Santos](#) | [Michele Cincera](#) | [Paulo Neto](#) | [Maria Manuel Serrano](#)
- 122: Grande Guerra e Guerra Colonial: Quanto Custaram aos Cofres Portugueses?
[Ricardo Ferraz](#)



